

31º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

22 a 26 de outubro de 2007

Seminário Temático 24
Partidos e sistemas partidários

**Parlamentarização, grau de renovação e participação feminina no
Diretório e Executiva Nacionais do PT (1980-2005)**

Pedro J. Floriano Ribeiro (UFSCar)
(pedrojose@iris.ufscar.br)

Caxambu - Minas Gerais

Introdução¹

Há pouco mais de dez anos, Richard Katz e Peter Mair começavam a desenvolver duas novas propostas teóricas para a abordagem dos partidos políticos, contestando conceitos clássicos que dominaram esse campo de estudos na segunda metade do século XX². Partindo de mudanças verificadas nos partidos europeus a partir de meados dos anos 70, os autores apontaram que a erosão dos vínculos entre os partidos e a sociedade civil era acompanhada por um notável estreitamento dos laços entre os partidos e o Estado. Assim, a *crise dos partidos* seria, em realidade, o ocaso de um *tipo específico de partido político*, o clássico partido de massa duvergeriano; ao invés de crise, deveria se falar em *changing parties*, com um novo balanço nas relações entre partido, sociedade e Estado. A partir dessa constatação, propuseram que uma maior atenção deveria ser dedicada às relações entre o partido e o Estado, já que a conquista de espaços no parlamento e o exercício do governo haviam se tornado experiências fundamentais à sobrevivência das legendas, na medida em que forneciam recursos organizativos vitais à sobrevivência partidária, gerando até mesmo uma *dependência dos partidos em relação ao Estado*.

Nessa nova configuração, o partido, enquanto organização que interage e sofre pressões dos ambientes nos quais atua, se modifica em termos das relações internas de poder. Para apreender melhor essas modificações, Katz e Mair elaboram um segundo modelo teórico, propondo que qualquer partido político pode ser estudado enquanto unidade singular, um sistema em si mesmo, como um *poliedro de três faces que interagem entre si*: a) *a base partidária*, que inclui sua massa de militantes e filiados; b) *party in central office*, que é a liderança nacional do partido presente nos seus órgãos centrais principais, como diretórios, comissões executivas e secretariados nacionais, abarcando também o corpo burocrático a serviço dessas instâncias; c) e *a face pública*, constituída por membros do partido eleitos para cargos públicos nos níveis nacional e subnacionais, no executivo e no legislativo, e também pelos filiados nomeados para cargos de confiança e comissionados, como assessorias e administrações comandadas pela legenda³.

¹ Esse paper está inserido em nossa pesquisa de doutoramento desenvolvida na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) com o título *Evolução e transformação da organização nacional do Partido dos Trabalhadores (1980-2005)*, sob a orientação do Prof. Dr. Fernando Antônio Azevedo. A investigação está vinculada ao Grupo de Pesquisa *Comunicação Política, Partidos e Eleições* (CNPq), na Linha *Partidos e Eleições*. Agradeço ao CNPq, que financiou meu doutorado no Brasil, e à CAPES, que financiou um período de doutorado-sanduiche em 2007 junto ao Instituto de Estudos de Iberoamérica e Portugal da Universidade de Salamanca, com a orientação do Prof. Manuel Alcántara Sáez. E-mail: pedrojose@iris.ufscar.br.

² Katz e Mair (1994b).

³ MAIR, Peter. (1994), "Party Organizations: From Civil Society to the State", in Katz e Mair (eds.) (1994a), pp. 1-22.

Nosso trabalho se desenvolve sob essa perspectiva teórico-metodológica, ainda escassamente utilizada nos estudos das organizações partidárias brasileiras – que são, sob qualquer abordagem teórica, pouco estudadas. Esse trabalho enfoca principalmente uma das três faces partidárias, a liderança do PT em âmbito nacional, agrupada em suas duas principais instâncias, a Comissão Executiva Nacional (CEN) e o Diretório Nacional (DN). Levamos a cabo uma análise empiricamente referenciada da liderança do partido nos 25 anos transcorridos entre sua fundação e a última renovação de seus dirigentes, trás o Processo de Eleições Diretas (PED) de 2005. A Executiva, embora estatutariamente subordinada ao DN, é na prática o órgão principal do partido em âmbito nacional, já que comanda as tarefas executivas e as ações políticas cotidianas; assim, esse órgão mereceu uma análise mais detalhada em alguns pontos e momentos específicos.

São três objetivos e três dimensões de análise, bastante exploradas em trabalhos comparativos como o de Katz e Mair. Em primeiro lugar, analisamos um aspecto fundamental de interação entre a face pública e a liderança partidária: a presença de mandatários e ex-mandatários na composição da Executiva Nacional. Com essa estratégia, foi possível testar a hipótese de ocorrência do processo de *parlamentarização* da liderança nacional petista, apontado como tendência geral contemporânea por Peter Mair⁴. O segundo aspecto abordado diz respeito ao grau de renovação da Executiva e Diretório Nacionais, buscando avaliar em que medida há um certo rodízio ou renovação de dirigentes na cúpula petista ou se, pelo contrário, sempre os mesmos nomes compõem os dois principais órgãos partidários. A hipótese aqui é que, considerados vários fatores, principalmente relativos à conformação de uma arena eleitoral interna altamente institucionalizada, fragmentada e competitiva, seria de esperar uma elevada renovação das instâncias ao longo do tempo. Por fim, avaliamos a evolução da presença das mulheres nas duas instâncias, antes e após a implantação da política de cotas para o preenchimento das direções partidárias. Com base em dados de pesquisas feitas pelo próprio PT junto aos delegados presentes nos últimos Encontros Nacionais, apontamos algumas possibilidades explicativas para o fato de que as militantes petistas sigam enfrentando inúmeras dificuldades para ingressar, ascender e permanecer em postos de direção partidária.

Um problema recorrente na utilização de índices é a falta de perspectiva; o que seria um “alto” ou um “baixo” grau de renovação? Na falta de dados de outros partidos nacionais que nos permitiriam uma comparação, procuramos atenuar esse problema por dois caminhos. Em primeiro lugar, os valores devem ser tomados em perspectiva diacrônica, o que permite avaliar a evolução, a oscilação e os picos ao longo do tempo. Por outro lado, para as questões da

⁴ Mair, op. cit., p. 12.

renovação e da participação feminina, utilizamos informações de alguns partidos de esquerda europeus como uma espécie de *controle histórico* dos dados petistas, de maneira a atribuir alguma dimensão de grandeza a estes dados – sem que com isso estejamos empreendendo um trabalho de política comparada, que demandaria uma abordagem específica, um referencial teórico-analítico mais apropriado etc.

Com o crescimento eleitoral e a ocupação de espaços institucionais nas esferas estatais, confirma-se a *parlamentarização* da Executiva Nacional do PT, principalmente a partir do final da década de 80 e início dos anos 90. Além do crescimento eleitoral, esse processo está ligado também às estratégias da coalizão dominante que moldou os primeiros 25 anos do partido (Articulação/Campo Majoritário), e à quebra de barreiras internas antiparlamentares, com a formatação de um padrão específico de atuação dos parlamentares petistas que os deixou em posição privilegiada para o controle das *zonas de incerteza* da agremiação. Constatamos que o grau de renovação das instâncias nacionais do PT é bastante elevado, atingindo os pontos máximos de incorporação de novos membros nos momentos de conflito interno agudo. Uma arena eleitoral interna altamente competitiva e institucionalizada, as oscilações na correlação interna de forças, as opções estratégicas da coalizão dominante, e o próprio calendário eleitoral estão na raiz desse elevado nível de renovação. Por fim, verificamos que, antes das cotas de gênero, a presença das mulheres nas instâncias nacionais petistas era decrescente conforme se subia na estrutura interna de poder; em perspectiva comparada, o PT ficava muito atrás de outros partidos de esquerda ocidentais. Apesar de a política de cotas ter constituído um importante mecanismo de acesso à participação feminina, outros estudos e indicadores apontam que características inerentes à vida partidária e aspectos de ordem sociológica continuam constituindo sérios entraves a uma participação efetiva das mulheres nas instâncias dirigentes do PT.

Parlamentarização da Executiva Nacional

Na nova configuração partidária apontada por Peter Mair, os vínculos entre partido e Estado se estreitam, em detrimento dos laços com a sociedade civil; com isso, a base partidária, principal ponte entre partido e sociedade, perde espaço nas relações de poder internas vis-à-vis às duas outras faces, que se fortalecem. Na medida em que governar e conquistar espaços no legislativo passa a ser fundamental, a face pública é a que mais ganha internamente, pois é quem controla o acesso dos demais membros do partido aos recursos vitais à sobrevivência organizacional. Nessa conjuntura, a liderança é marginalizada e enquadrada pela face pública,

perdendo muito da sua antiga autonomia e força enquanto representante da massa de filiados da legenda. Essa relação de subordinação e dependência se reflete e se concretiza na composição dos órgãos diretivos e executivos nacionais, cada vez menos representativos da base e mais ocupados por mandatários eleitos ou ex-mandatários, ou por detentores de cargos públicos de confiança. A terceirização de atividades partidárias importantes (publicidade, informática, pesquisas de opinião etc.), com a contratação de especialistas externos aos quadros partidários, também concorre ao enfraquecimento da base: a liderança possui uma maior autonomia em relação a esses recursos, que geralmente não estão submetidos ao controle da burocracia ou da base. Os líderes nacionais atuam quase como correias de transmissão da face pública – principalmente quando o partido está no governo, – deixando de funcionar como *guardiões* da massa de filiados e passando a direcionar a maior parte dos recursos partidários às questões eleitorais, e não mais ao fortalecimento organizacional para inclusão da base, como era regra nos partidos de massa. Devido a esse desequilíbrio altamente favorável à face pública, o autor assinala uma tendência geral à *parlamentarização* ou *governamentalização* das legendas⁵.

Nos partidos criados recentemente e em contextos de redemocratização, como o PT, existe uma tendência ainda mais acentuada de ascendência da face pública sobre a direção partidária. Em primeiro lugar, porque o partido disputa seguidas eleições e conquista representantes executivos e legislativos antes mesmo de consolidar-se como organização, com uma burocracia sólida, uma coalizão dominante estável e uma estrutura autônoma em relação a seu entorno. Em segundo lugar, o engajamento na competição eleitoral antes do desenvolvimento organizativo favorece a concentração de esforços e de recursos ao redor da face pública e do objetivo de expansão eleitoral, deixando em segundo plano a liderança partidária. Nessa conjuntura, não há oportunidade nem necessidade de se construir uma organização forte – ainda mais em contextos democráticos nos quais a mídia de massa já desempenha um papel central nos anos iniciais da agremiação, tornando dispensável o desenvolvimento de canais próprios de comunicação e mobilização do eleitorado⁶.

Há partidos que buscam inibir o domínio da face pública sobre suas instâncias centrais por meio da imposição de normas estatutárias que impedem o acúmulo de funções⁷. Em que pese as reservas de muitos dos fundadores do PT em relação à presença de parlamentares no partido, o estatuto petista nunca impôs qualquer restrição à participação nos órgãos partidários de filiados eleitos para cargos executivos ou legislativos. Porém, até 1995 havia uma restrição legal imposta pela Lei Orgânica dos Partidos Políticos (LOPP – lei 5.682/71), vetando a

⁵ Mair, op. cit., pp. 12-13.

⁶ Van Biezen (2000), pp. 396-397.

⁷ É o caso, por exemplo, do Partido Socialista Obrero Espanhol (PSOE): Méndez Lago (2000), pp. 128-130.

participação nas executivas partidárias de eleitos para cargos executivos, como prefeitos, governadores e seus vices (art. 26, inciso I). Nas discussões acerca da reforma do estatuto petista, levadas a cabo principalmente na segunda metade dos anos 90, houve propostas no interior da Comissão de Estatuto no sentido de colocar limitações a essa participação de mandatários nos órgãos partidários; entretanto, elas não foram aprovadas⁸. Por outro lado, a participação dos líderes das bancadas nos respectivos Diretórios e Comissões Executivas era garantida pela LOPP (art. 58), e foi incorporada ao primeiro estatuto e ao Regimento Interno do partido⁹. Embora a nova Lei dos Partidos Políticos (LPP - lei 9.096/95) tenha eliminado essa garantia, os líderes das bancadas petistas conservaram, nas regras internas elaboradas posteriormente, seu status de membros natos dos respectivos Diretórios e Executivas¹⁰. As únicas restrições impostas pelas regras intrapartidárias referiam-se ao acúmulo de cargos no interior do PT, vetando-se a participação concomitante em mais de uma Comissão Executiva¹¹.

Partindo desses marcos institucionais internos e externos ao partido, buscamos medir a ascendência da face pública dentro do PT por meio de uma análise exaustiva de todas as composições da Executiva Nacional entre 1980 e 2005. Para as composições desse órgão ao longo dos 25 anos, utilizamos como fontes os documentos oficiais do PT que trazem os dirigentes eleitos em cada Encontro Nacional. Entre esses componentes, identificamos quais ocupavam cargos públicos eleitos (executivos ou legislativos) à época de sua indicação para a direção partidária; do mesmo modo, levantamos quais dirigentes já haviam ocupado algum cargo eletivo em um momento anterior de suas carreiras políticas. Essa estratégia de investigação acarretou uma grande pesquisa biográfica abrangendo dezenas de dirigentes, em que utilizamos como principais fontes os próprios documentos do partido, a imprensa partidária da época de constituição de cada Executiva, informações da Câmara e do Senado federais, e bibliografia sobre o PT¹². Em alguns casos, entramos em contato com o próprio dirigente, via correio eletrônico. Resultou praticamente impossível identificarmos, em relação a cada formação, os dirigentes que desempenhavam funções não-eleitas, em cargos de confiança, de assessoria parlamentar etc. Assim, as informações que representamos no Gráfico 1 referem-se apenas a mandatários e ex-mandatários eleitos; a participação total da face pública (incluindo eleitos e não-eleitos) no órgão máximo do PT era possivelmente maior em cada uma das

⁸ *Relatório Preliminar da Comissão de Estatuto*. Comissão Nacional de Estatuto / Secretaria Nacional de Comunicação do PT, São Paulo, 1998. As referências relativas aos documentos partidários são apresentadas integralmente nas notas de rodapé.

⁹ Estatuto (1980), arts. 25, 54 e 66; Regimento Interno (1984), art. 48.

¹⁰ Estatuto (2001), arts. 86, 102, 108 e 111.

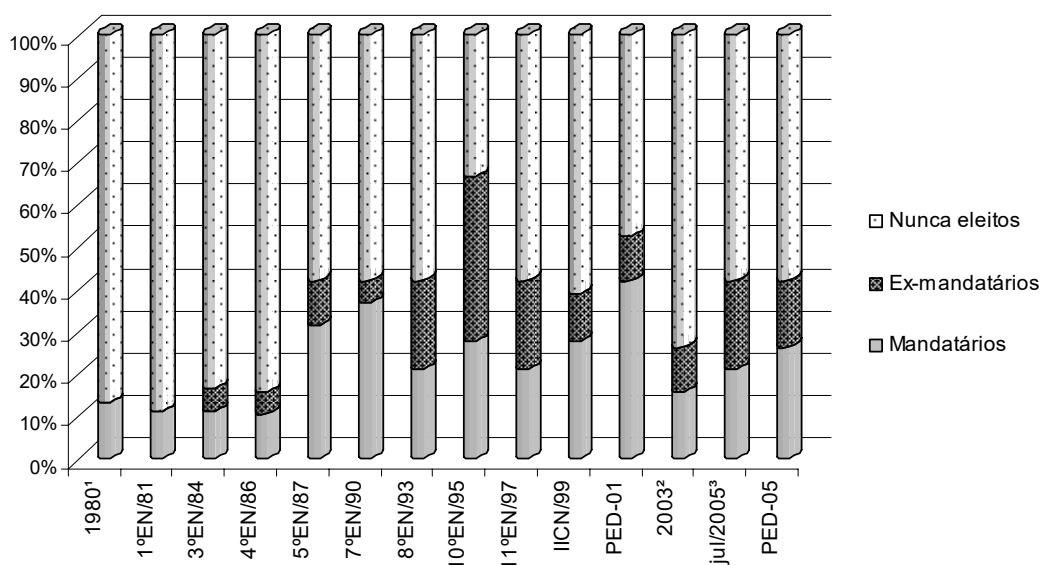
¹¹ *Idem*, art. 30; Regimento Interno (1984), art. 27.

¹² Para a consulta dos documentos e da imprensa partidária, utilizamos o acervo e os serviços do Centro Sérgio Buarque de Holanda de Documentação e Memória, vinculado à Fundação Perseu Abramo, que conserva grande parte do acervo histórico do PT.

composições examinadas. Não foram computados os líderes das bancadas no Congresso, por serem membros *ex-officio*, com participação estatutariamente assegurada, passando ao largo dos canais internos de escolha dos dirigentes.

Desde a Comissão Nacional Provisória eleita em 1980, o órgão executivo principal do PT sempre contou com pelo menos dois dirigentes que ocupavam, ao mesmo tempo, cargos públicos eletivos; como padrão, eram postos legislativos, principalmente deputados federais e estaduais, embora haja também alguns casos de vereadores e senadores. A partir da direção eleita no 3º Encontro Nacional (1984), também ex-mandatários passam a ocupar o órgão, em uma dinâmica que permaneceu a mesma ao longo do período analisado: após derrotas eleitorais, essas lideranças assumem funções executivas dentro da legenda. Entretanto, é a direção eleita no 5º Encontro Nacional (1987) que marca o início do período de grande influência da face pública na cúpula nacional: a Executiva então eleita contava com seis parlamentares, estaduais ou federais, e dois ex-deputados federais entre seus 19 membros. A partir de então, a soma desses grupos sempre representou, no mínimo, cerca de 40% do total da Executiva resultante de cada Encontro.

Gráfico 1 – Participação de ocupantes de cargos eletivos na Executiva Nacional do PT



Fonte: elaboração própria a partir de documentos do PT, imprensa partidária e bibliografia diversa sobre o partido. ¹Comissão Diretora Nacional Provisória. ² Executiva constituída entre 2003 e 2004, no início do governo Lula. ³ Executiva interina constituída em 2005, durante a crise do "mensalão".

Em 1995, o peso dos parlamentares na liderança do partido atinge seu auge: entre os 18 membros, havia cinco parlamentares e sete ex-parlamentares, de todos os níveis legislativos. A explicação para essa situação reside na conjuntura interna do partido no início da década, marcada por tensas disputas entre a Articulação e as tendências de esquerda. Em 1993, a

Articulação de Esquerda, cisão da Articulação, constrói uma nova coalizão dominante no PT, ao lado das outras correntes esquerdistas. No 10º Encontro Nacional, realizado em 1995, a Articulação reconquista a maioria, atraindo a Democracia Radical e cooptando algumas lideranças da Articulação de Esquerda. No processo de isolamento da esquerda que se seguiu, o peso dos parlamentares foi utilizado na tentativa de se conferir maior legitimidade à nova maioria, e abafar as críticas e conflitos internos que chegaram a ameaçar a unidade da legenda. Assim, lideranças expressivas e com grande apelo eleitoral dentro e fora do PT, como a senadora Marina Silva, os deputados federais José Genoíno e Telma de Souza (ex-prefeita de Santos), e os então ex-parlamentares Aloizio Mercadante, Luiza Erundina (também ex-prefeita) e Benedita da Silva, assumiram funções executivas dentro do partido – além do próprio José Dirceu, então ex-deputado¹³.

Nas duas composições seguintes, o peso dos parlamentares voltaria a situar-se na casa dos 40%, para novamente superar os 50% na Executiva composta após as primeiras eleições diretas celebradas pelo partido (PED), em 2001, quando lideranças com forte capital eleitoral, como Mercadante, Marina Silva, Benedita da Silva, Ricardo Berzoini e Marta Suplicy, voltaram a assumir funções executivas internas. Em 2003, muitos desses políticos abandonaram o órgão para ocupar postos eletivos ou cargos no governo Lula, razão que explica o pequeno peso da face pública até julho de 2005: dos 19 membros da Executiva, 14 nunca haviam sido eleitos para um cargo público, o maior percentual desde 1987. Nesse início do governo Lula, o PT foi administrado por dirigentes que haviam desenvolvido suas carreiras quase que exclusivamente nas máquinas partidária e/ou sindical, como Marcelo Sereno, Delúbio Soares, Silvio Pereira, Mônica Valente, entre outros, que compunham uma oligarquia burocrática parcialmente afastada com os escândalos do mensalão. No segundo semestre de 2005 houve uma “intervenção branca” do governo sobre a cúpula do partido, e várias lideranças de peso, como Berzoini, Humberto Costa e Tarso Genro, passaram quase que diretamente do governo ao PT. Após as eleições internas de setembro daquele ano, o peso da face pública na Executiva voltou aos patamares anteriores.

A parlamentarização da Executiva Nacional do PT tomou impulso no final dos anos 80, *pari passu* à expansão eleitoral do partido. Que fatores ajudam a explicar esse processo? Em primeiro lugar, devemos levar em conta a gradual diminuição das resistências internas em relação à atividade parlamentar ou à atuação nas arenas institucionais de um modo geral; essa quebra de barreiras se deu às custas da conformação de um padrão bastante específico de

¹³ Ribeiro (2003), Lacerda (2002). Sobre esse período especialmente turbulento, ver também: *PT ainda debate nova Executiva*. Brasil Agora nº 74, São Paulo, outubro de 1995, p.4.

atuação dos parlamentares petistas, quando comparados aos mandatários de outras legendas. Até meados dos anos 90 os deputados federais do partido não recorriam aos recursos de *pork-barrel* a que teriam acesso via emendas individuais ao Orçamento como forma de beneficiar suas bases eleitorais específicas; da mesma forma, práticas clientelistas de favorecimento a eleitores individualmente também eram reprovadas no interior do partido¹⁴. As estratégias *vote-seeking* e a busca da reeleição passavam pela manutenção de vínculos estreitos com movimentos sociais, sindicatos e outras organizações. O mandato parlamentar era estruturado de modo a atender a esses atores: o parlamentar dedicava maior tempo e atenção a essas organizações, envolvendo-se diretamente em suas demandas, a política de contratação dos gabinetes privilegiava a profissionalização de dirigentes dos movimentos, recursos parlamentares tangíveis, como publicações, eram colocados a serviço desses grupos etc. Embora a utilização de recursos de *pork-barrel* tenha se tornado, a partir do final da década de 90, prática corriqueira entre os parlamentares petistas, pesquisas que tomaram legislaturas recentes indicam que a política de estruturação de mandatos e gabinetes a serviço de grupos organizados segue sendo a regra entre os políticos do partido¹⁵.

A manutenção de vínculos estreitos com os grupos organizados serve, por sua vez, à renovação e reforço da legitimação do parlamentar e de sua atuação no interior do PT. Na subcultura petista, a atuação junto a atores sociais organizados e o trabalho em prol da organização partidária sempre constituíram os dois principais critérios na hora de se avaliar um político do partido – no momento, por exemplo, de seleção dos candidatos que comporão a chapa petista¹⁶.

Por outro lado, as tendências não devem ser deixadas de lado ao analisarmos esse fenômeno da parlamentarização. A competição no interior do PT é institucionalizada por meio das tendências, que indicam os membros que ocuparão os cargos nas instâncias partidárias. Os vínculos entre o parlamentar e a tendência são mais estreitos quanto mais caminhamos à esquerda do espectro intrapartidário. Muitas vezes, um parlamentar petista estrutura seu mandato para atender às demandas não só de grupos sociais organizados, mas também de seus agrupamentos internos, na profissionalização de militantes nos cargos de assessoria, na utilização de publicações a serviço da tendência, na contribuição com parte do salário, no

¹⁴ Samuels (1997), p. 529.

¹⁵ Leal (2005), pp. 112-115.

¹⁶ Para uma discussão acerca dos mecanismos de seleção de candidaturas dos partidos brasileiros, ver Braga e Praça (2004). Esses dois critérios estão explícitos em praticamente todos os documentos petistas pré-eleitorais, que tratam dos mecanismos de avaliação e seleção das candidaturas. O primeiro deles foi a *Carta Eleitoral do PT*. Resoluções do 2º Encontro Nacional, São Paulo, 1982, p. 133 do REC (*Resoluções de Encontros e Congressos*).

controle de importantes fluxos de informações internas e externas ao partido etc.¹⁷. São recursos tangíveis e intangíveis que fortalecem o grupo na disputa interna daquele âmbito (municipal, estadual ou nacional), muitas vezes sendo decisivos à sua própria sobrevivência como tendência organizada. Com essa capacidade de distribuir importantes *incentivos seletivos*¹⁸, o parlamentar é relegitimado como liderança da tendência, o que o coloca em posição privilegiada para ingressar ou permanecer nas instâncias partidárias mais relevantes.

Seja na legitimação geral interna, advinda dos vínculos mantidos com a base, seja na legitimação perante a tendência a que pertence, o fato é que os mandatários petistas, parlamentares e executivos, desfrutam de uma posição privilegiada no interior da legenda; no modelo das três faces, a face pública está em condições de dominar a liderança partidária. Especificamente, os mandatos parlamentares constituem *centros autônomos de poder*, pelo volume que acumulam de recursos tangíveis, como verbas e assessorias de livre provimento, e intangíveis, como o espaço na mídia. Como assinala Panebianco, o domínio de qualquer elite dirigente sobre as *zonas de incerteza*, áreas cruciais à sobrevivência organizativa, é o que sustenta o fornecimento de incentivos aos liderados, gerando, conseqüentemente, vantagens nas disputas horizontais contra as elites adversárias internas: a capacidade de angariar apoio da base é determinante no enfretamento de grupos concorrentes. No caso do PT, podemos considerar que a face pública desempenha algum grau de controle sobre cinco das seis zonas de incerteza do partido: detém competência especializada em várias matérias; controla as relações com determinados atores do entorno partidário, como a mídia; possui seus próprios canais de comunicação interna com as bases e seus próprios mecanismos de recrutamento, ao largo da direção partidária; e ainda responde por parcela significativa do financiamento da agremiação, por meio das contribuições estatutárias obrigatórias¹⁹.

Por fim, a própria evolução da correlação de forças no interior do PT, bem como as estratégias da coalizão dominante que moldou os primeiros 25 anos do partido, são fatores que não devem ser desprezados na análise dessa questão. Como é sabido, os políticos mais moderados e com maior capital eleitoral estão abrigados na Articulação desde sua criação, em 1983²⁰. A partir de 1995, o projeto do Campo Majoritário envolveu esforços inequívocos no sentido de *promover condições para a governabilidade do PT*, construindo uma maioria sólida,

¹⁷ Leal (2005) e Gaglietti (2003).

¹⁸ Panebianco (1995), pp. 40-42.

¹⁹ Panebianco (1995), pp. 64-67; 83-89. A sexta zona de incerteza é a elaboração e interpretação das regras internas, área na qual os mandatários não se encontram em posição muito privilegiada quando comparados aos demais membros da elite dirigente.

²⁰ *Articulação: contribuição ao debate para o Encontro Nacional do PT*. São Paulo, 1984, mimeo.

incentivando a formação de tendências centristas e isolando a esquerda²¹. Em virtude desse potencial de desequilibrar as relações de poder horizontais, tanto no primeiro como no segundo momento o peso dos parlamentares e de Lula foi constantemente mobilizado nas disputas contra as elites minoritárias – principalmente as tendências de esquerda. É nessa chave explicativa, também, que deve ser compreendida a instituição do mecanismo das eleições diretas a partir de 2001, com o qual o Campo Majoritário buscava potencializar o peso desses líderes, confiando na sua ascendência sobre o conjunto de *filiados médios*, não vinculados às tendências mais cristalizadas.

Grau de renovação dos órgãos nacionais

Em termos analíticos, um partido pode ser tomado como um mini-sistema político, principalmente quando analisamos as facções e grupos que o compõem. É válido utilizarmos índices e outros métodos de avaliação, desenvolvidos para a análise de sistemas partidários, na apreciação de um sistema intrapartidário, situação na qual a fração ou tendência assume a condição de subsistema/partido dentro desse mini-sistema²². Um dos principais índices utilizados pela literatura nacional e internacional na análise de casas legislativas é a taxa de renovação da instância a cada eleição²³. Buscamos, nessa seção, avaliar o grau de renovação do Diretório e Executiva Nacionais do PT ao longo do tempo, em cada eleição interna realizada entre 1984 e 2005.

São quatro os fatores intervenientes que afetam o grau de renovação de um determinado órgão partidário. A existência de restrições estatutárias à permanência dos dirigentes por mais de um mandato é o mais elementar deles. O segundo fator diz respeito ao padrão de competição conformado pelo arranjo institucional interno, em duas dimensões: a inclusão dos filiados de base nos processos decisórios internos, com direito a voto assegurado nos regulamentos; e a institucionalização dos conflitos internos, que se traduz no reconhecimento regulamentar de direitos à livre expressão das discordâncias, à formação de grupos de oposição, à livre disputa pelos votos da base para a ocupação dos cargos partidários, ou seja: a conformação de uma arena eleitoral competitiva que possibilite o exercício da oposição e a renovação dos dirigentes. Trata-se, assim, das duas dimensões clássicas da poliarquia de Dahl, *inclusividade* e *liberalização*; quanto maiores forem seus níveis, maior será a possibilidade de oposição interna

²¹ Ribeiro (2003). Para esse pacto de governabilidade, ver: *Construção Partidária*. Resoluções do 10º Encontro Nacional, Guarapari, 1995, pp. 633-639 do REC.

²² Sartori (1982), pp. 65; 94-96; 337.

²³ Santos (1997).

real, maior será a imprevisibilidade do processo, e maiores serão as chances de renovação em cada pleito eleitoral interno²⁴.

A configuração interna de forças no momento da disputa influencia de modo decisivo o grau de renovação: uma elevada volatilidade eleitoral interna, uma grande quantidade de frações, e a ausência de uma maioria sólida por parte do grupo então hegemônico tornam o ambiente eleitoral mais instável, complexo e incerto, abrindo a possibilidade da formação de uma coalizão dominante alternativa. Obviamente, a dissolução de um grupo majoritário e a formação de uma nova coalizão governante tendem a resultar em altos índices de renovação, na medida em que antigos dirigentes possivelmente serão excluídos, e uma nova elite ascenderá ao comando da sigla²⁵. Por fim, fatores ambientais também intervêm no grau de renovação das lideranças: a arena que mais desestabiliza as organizações partidárias em curto prazo é, sem sombra de dúvida, a arena eleitoral. Grandes derrotas eleitorais costumam gerar pressões contra a estabilidade e a coesão da coalizão dominante, podendo incentivar contestações internas que, muitas vezes, conduzem a processos de dissolução da antiga maioria e formação de uma nova coalizão²⁶. Porém, não só derrotas eleitorais podem impulsionar processos de renovação das instâncias partidárias: um rápido crescimento eleitoral e a conquista do governo nacional podem conduzir à substituição dos líderes do partido, eleitos ou recrutados para a ocupação de cargos em esferas institucionais. Nesse caso, ocorre apenas uma substituição dos membros que ocupavam o órgão partidário, e não a conformação de uma nova coalizão dominante – os êxitos eleitorais geralmente concorrem à legitimação dos grupos que então lideram o partido.

Vejamos os efeitos esperados dos fatores institucionais em relação ao caso petista. O regulamento interno do PT sempre colocou poucas restrições, e bastante brandas, para frear o continuísmo de dirigentes nas Executivas: o filiado petista pode ser membro de uma mesma Executiva por no máximo quatro mandatos consecutivos, ou duas gestões seguidas em um mesmo cargo²⁷. Quanto ao arranjo institucional interno, a literatura clássica sobre o partido já apontava o alto grau de inclusividade dos filiados petistas nos processos decisórios mais relevantes: a sistemática dos encontros extra-oficiais era bastante mais inclusiva do que as convenções legalmente estabelecidas pela LOPP²⁸. Mais recentemente, outros autores têm reiterado o caráter inclusivo dos processos decisórios do partido²⁹. Não faz parte dos objetivos desse *paper* uma discussão acerca dessa questão da inclusividade, cuja análise está bastante

²⁴ Dahl (1997).

²⁵ Panebianco (1995), pp. 91-95; 385-387; 396-399.

²⁶ Essa é parte da *teoria da mudança institucional*: Panebianco (1995), pp. 454-461.

²⁷ Estatuto (2001), art. 31. Essa norma foi originalmente aprovada no I Congresso do PT. Ver: *Partido*. Resoluções do I Congresso Nacional, São Bernardo do Campo, 1991, p. 538 do REC.

²⁸ Meneguello (1989) e Keck (1991).

²⁹ Lacerda (2002), Peres e Roma (2002), Samuels (2004), Roma (2006).

carregada, em nosso entender, de um conteúdo ideológico inserido na auto-imagem elaborada pelos líderes e militantes petistas.

No entanto, nos parece indiscutível que o partido teve sucesso na conformação de uma arena eleitoral interna competitiva: o conflito interno é institucionalizado por meio do mecanismo das tendências (que foram regulamentadas entre 1987 e 1991), que permite aos grupos internos uma competição regulada pelos cargos de direção da legenda e, assim, pelo controle do partido. Até o início dos anos 90, a Articulação vetava o critério da proporcionalidade na formação da Executiva Nacional, e uma cláusula de 10% era exigida para que uma chapa pudesse indicar membros para as instâncias partidárias – duas regras que constituíam entraves à completa liberalização da competição interna³⁰. A proporcionalidade na composição de todas as instâncias partidárias, adotada a partir de 1990, e o fim da cláusula de exclusão de 10% em 1991 acentuaram o caráter competitivo da arena intrapartidária, reduzindo os custos de cisão e formação de novas tendências³¹. Há margem para a criação de novas facções, e os líderes dos agrupamentos têm ampla liberdade para recorrer às bases na disputa pelo controle do partido: é nas relações de poder verticais (líder-liderados) que angariam recursos para o jogo de poder horizontal (elite-elite), para relegitimar-se no comando do partido ou para deslegitimar a elite então majoritária e conformar uma nova maioria³². A partir de 1997 o partido entrou em um processo de fragmentação das forças internas, principalmente no campo da esquerda: houve um gradual aumento na quantidade de chapas disputando a direção nacional, cada uma delas agrupando uma ou mais tendências. Nas últimas eleições internas, em 2005, dez chapas disputaram os votos dos filiados petistas. Essa conjunção de fatores conduziu a um processo de complexificação da arena eleitoral interna, preservando-se certo nível de incerteza e imprevisibilidade nas disputas pelo comando do partido.

Exceto pela ausência de restrições à continuidade dos dirigentes, todos os demais fatores conduzem à hipótese de que deveríamos encontrar elevadas taxas de renovação dos dirigentes petistas ao longo do tempo. Entre os raros autores que atentaram para essa questão, Melo destaca que a taxa de renovação das instâncias nacionais do PT foi sempre elevada, e mais ainda no início dos anos 90³³. Se nos baseamos na auto-imagem que os militantes possuem do partido, identificável por meio de uma análise atenta da imprensa petista, chegamos à mesma conclusão:

³⁰ Para uma defesa do critério majoritário na formação da CEN, ver: *Resolução sobre proporcionalidade*. Resoluções do 5º Encontro Nacional, Brasília, 1987, pp. 358-359 do REC.

³¹ Sobre a proporcionalidade, ver: *Construção partidária*. Resoluções do 7º Encontro Nacional, São Paulo, 1990, pp. 436-452 do REC.

³² Lacerda (2002), pp. 40-43. Para essa teoria dos jogos de poder: Panebianco (1995), pp. 64-67.

³³ Melo (1994), p. 93.

a cada Encontro Nacional em que houve escolha dos membros das instâncias, concedia-se grande destaque à elevada renovação dos dirigentes.

O cálculo das taxas de renovação foi feito, para cada órgão (DN e CEN), comparando-se a composição recém-eleita no Encontro Nacional ou no Processo de Eleições Diretas (C_i) com a composição escolhida no Encontro anterior em que houve eleições internas (C_{i-1}), e que encerrava seu mandato. As alterações efetuadas na CEN nos intervalos inter-Encontros foram ignoradas, com duas exceções: o período entre 1995 e 1997, no qual a Articulação vetou por mais de um ano o acesso das correntes de esquerda à Executiva, e os conturbados anos do primeiro governo Lula. A medida de renovação mais utilizada nos estudos partidários é o índice de reeleição, que mensura quantos membros, do total de dirigentes da composição C_{i-1} , foram reeleitos para a nova formação C_i ³⁴. Porém, a aplicação exclusiva desse índice de reeleição – ou de seu inverso, o índice de exclusão, utilizado por nós – pode conduzir a conclusões equivocadas. Convém complementar esse indicador com outro que considere as variações no número total de membros da instância partidária. Empregamos o Índice de Renovação Bruta Ponderada, sugerido por Santos para os estudos de renovação legislativa³⁵. Nesse caso, o cálculo é feito em relação ao total de membros da composição “nova”, levando-se em conta a variação do tamanho da instância. Vale ressaltar que, à diferença da aplicação do índice em estudos legislativos, aqui não há distinção entre “desistentes”, que não concorreram à reeleição, e “derrotados”, que não conseguiram se reeleger. Assim:

$$\text{Índice de exclusão} = \frac{\text{Excluídos}}{\text{Total } C_{i-1}} \times 100$$

$$\text{Índice de Renovação Bruta Ponderada} = \frac{\text{Excluídos} + \#}{\text{Total } C_i} \times 100$$

Onde:

Excluídos = dirigentes que estavam em C_{i-1} e não estão em C_i .

Total C = total de membros do órgão naquela composição C específica.

= variação do número total de membros do órgão entre C_{i-1} e C_i . Será positivo se a instância aumentar de tamanho, e negativo se diminuir.

Quanto maiores e mais próximos entre si forem os dois índices, maior será a renovação geral; sempre que não houver variação no tamanho da instância, os dois valores serão iguais. Embora possamos considerar o índice de renovação ponderada mais apurado para a análise dessa questão, a combinação dos dois indicadores resulta útil para identificar casos específicos

³⁴ Ver Maravall (1997).

³⁵ Santos (1997).

que poderiam conduzir a conclusões enganosas, caso utilizássemos apenas um deles. Um alto índice de renovação associado a um baixo índice de exclusão pode indicar um processo de mescla entre novos e antigos dirigentes, já que a maioria destes foi reeleita. Esse cenário é bastante comum em situações nas quais as pressões internas por mudanças e pela renovação resultam em aumento do tamanho da instância visando acomodar grupos descontentes ou novos aliados, sem que a velha elite tenha abandonado o comando. A situação inversa – baixa renovação e alta exclusão – indica que a saída de vários dirigentes antigos não significou a chegada de “novas caras” ao comando do partido; nesse caso, a instância deve ter sofrido uma redução em seu número total de membros, e é provável que o antigo grupo siga hegemônico no órgão.

Ao calcularmos a renovação das instâncias petistas, foi possível perceber um padrão ditado pelo calendário eleitoral: várias lideranças abandonam a direção partidária para disputar eleições, enquanto outras voltam ao partido após derrotas eleitorais e/ou o encerramento de seus mandatos em cargos eletivos. Levantamos a hipótese de que, mais do que renovação, deveríamos falar em *rodizio* dos dirigentes na cúpula partidária. Para medir a incorporação de dirigentes *efetivamente novos*, adotamos uma terceira ferramenta de mensuração: levantamos quantos dirigentes, do total de membros eleitos naquela ocasião, integravam a instância partidária pela primeira vez em suas carreiras.

Utilizamos como *controle histórico* informações do Partido Socialista Obrero Espanhol (PSOE); os dados relativos à sua *Comisión Ejecutiva Federal*, órgão equivalente à CEN do PT, estão na Tabela 1, enquanto a Tabela 2 apresenta os dados do PT.

Tabela 1 – Renovação da *Comisión Ejecutiva Federal* do PSOE (1979-1994) – em %

Ocasião e data da eleição interna	Índice exclusão	Renovação ponderada
Congr. Extraord./1979	52,6	62,5
XXIX Congresso/1981	29,2	32,0
XXX Congresso/1984	32,0	0
XXXI Congresso/1988	23,5	43,5
XXXII Congresso/1990	13,0	35,5
XXXIII Congresso/1994	45,2	52,8
Média	32,6	37,7

Fonte: Méndez Lago (2000), p. 132.

Tabela 2 – Renovação das instâncias nacionais do PT (1984-2005) – em %

Ocasão e data da eleição interna	Diretório Nacional			Executiva Nacional		
	Índice exclusão	Renovação ponderada	1ª vez no órgão	Índice exclusão	Renovação ponderada	1ª vez no órgão
3º EN / 1984	70,7	59,7	59,7	50,0	50,0	38,9
4º EN / 1986	43,3	53,1	48,1	16,7	21,1	15,8
5º EN / 1987	45,7	45,0	40,0	42,1	42,1	31,6
7º EN / 1990	51,3	52,4	45,1	47,4	47,4	42,1
8º EN / 1993	52,4	52,4	42,7	63,2	63,2	52,6
10º EN/1995 - s/ esquerda ¹	56,1	56,6	44,0	73,7	72,2	27,8
Início de 97 - c/ esquerda ²	-	-	-	68,4	68,4	26,3
11º EN / 1997 ³	51,8	51,8	45,8	31,6	31,6	26,3
II CN / 1999	45,8	48,9	38,6	47,4	44,4	44,4
12º EN / PED 2001	47,7	43,2	27,2	55,6	57,9	31,6
CEN interina jul/2005 ⁴	-	-	-	47,4	47,4	10,5
13º EN / PED 2005 ⁵	63,0	63,4	43,9	73,7	73,7	52,6
Média	52,8	52,7	43,5	51,4	51,6	33,4

Fonte: elaboração própria a partir de documentos do PT que apresentam os membros das instâncias. Os líderes do PT no Congresso não foram considerados. ¹ Refere-se à Executiva constituída em outubro de 1995 sem a participação dos membros das tendências de esquerda, que não chegaram a um acordo com a Articulação. ² Refere-se à Executiva constituída no início de 1997 respeitando-se a proporcionalidade do 10º EN, com a inclusão da esquerda. O cálculo foi feito em relação à CEN de 1993 (8º EN). ³ O cálculo foi feito em relação à CEN imediatamente anterior, formada no início de 1997. ⁴ Refere-se à CEN interina constituída em reunião do DN de 9 de julho de 2005, durante os escândalos do “mensalão”. O cálculo foi feito em relação à CEN de 2001 (PED). ⁵ O cálculo foi feito em relação à CEN formada em 2001 (PED).

A hipótese de altas taxas de renovação das principais instâncias nacionais do PT ao longo do tempo é confirmada: as médias de exclusão e de renovação bruta ponderada são bem maiores do que as do PSOE. Os baixos índices de renovação dos socialistas espanhóis estão relacionados ao fato de que o partido esteve no governo entre 1982 e 1996 (gestão Felipe González), com todas as implicações e tensões que essa situação comumente acarreta. González e Alfonso Guerra, seu *homem forte* no partido, dedicavam esforços consideráveis no sentido de dirimir e abafar os conflitos e contestações internas, de modo a não fragilizar as posições do governo em um cenário eleitoral crescentemente competitivo – estratégia que acabava por enrijecer o comando da sigla. Como regra, entre 1981 e 1990 mais de dois terços dos dirigentes do PSOE foram reconduzidos a seus cargos na Executiva, sendo que no primeiro Congresso celebrado após as eleições de 1982 nenhum novo membro foi incorporado à instância. A discrepância entre os índices de exclusão e de renovação nos Congressos de 1988 e 1990 é resultado da estratégia adotada pelo grupo majoritário para conter as crescentes pressões internas dos *renovadores* e *críticos*: por meio do aumento no tamanho da Executiva, muitos dirigentes foram incluídos sem que os antigos abandonassem o comando da sigla. As pressões por mudanças se converteram em elevada renovação no Congresso de 1994, quando o poder da coalizão dominante foi enfim diluído: pouco mais da metade dos antigos dirigentes foi reeleita, e pela primeira vez desde 1979 o PSOE renovaria, entre um Congresso e outro, mais da metade de

seu principal órgão executivo (que aumentou de 31 para 36 membros)³⁶. Infelizmente, não dispomos dos dados relativos ao período em que o partido esteve na oposição (1996-2004), que nos permitiriam verificar se a perda do governo contribuiu para impulsionar processos de renovação dos quadros dirigentes.

Ao contrário do PSOE, a regra no PT, salvo em alguns momentos específicos, foi sempre uma renovação de pelo menos 50% dos dirigentes, tanto no Diretório como na Executiva. A máquina partidária apresenta canais que permitem a efetiva ascensão de dirigentes para a cúpula nacional, garantindo ao PT uma vigorosa capacidade de geração de novos quadros: a cada formação do DN, em média mais de 40% dos membros eram estreantes, enquanto na Executiva essa proporção média ficou em um terço do total. Como era esperado, um arranjo institucional inclusivo e altamente competitivo, liberdade de oposição e disputa acirrada pela hegemonia interna, resultaram em um padrão histórico de renovação bastante significativo. Os pontos desviantes da média derivam de fatores conjunturais ligados a aspectos que, como já comentamos, podem influenciar o maior ou menor nível de renovação: a configuração interna de forças e a pressão de fatores ambientais externos ao partido.

O 3º EN constitui o único caso de renovação acima da média em tempos de “calmaria” interna: menos de 30% dos membros do DN formado em 1981 foram reeleitos nesse Encontro, e 60% de “caras novas” foram incorporados à instância. A excepcionalidade desse período, quando o PT ainda buscava firmar-se e sobreviver enquanto organização, é o que explica esses números. Alguns dos militantes e dirigentes que participaram dos primeiros processos de criação do partido abandonaram o projeto nesse intervalo de três anos, principalmente após os resultados eleitorais de 1982. Outros dirigentes, mesmo ainda confiando na construção do PT, enxergaram nos resultados eleitorais uma mensagem no sentido da necessidade de uma “volta às bases”, entendida como um estreitamento de laços com os movimentos sociais e sindical, deixando em segundo plano a atuação no partido³⁷. Além do fator ambiental, a formação de uma coalizão dominante mais coesa em 1984, com a criação da então *Articulação dos 113*, também desempenhou seu papel. Muitos dos signatários do documento fundacional da tendência, quase todos sindicalistas de São Paulo, ingressaram no Diretório somente em 1984: Devanir Ribeiro, Gilberto Carvalho, José Dirceu, José Álvaro Moisés, Paulo Otavio Azevedo Junior, Rui Falcão, entre outros dirigentes que integrariam a elite da Articulação e do PT nos anos seguintes. A ocupação dos espaços nas duas principais instâncias do partido era vital na estratégia declarada

³⁶ Méndez Lago (2000), pp. 131-133.

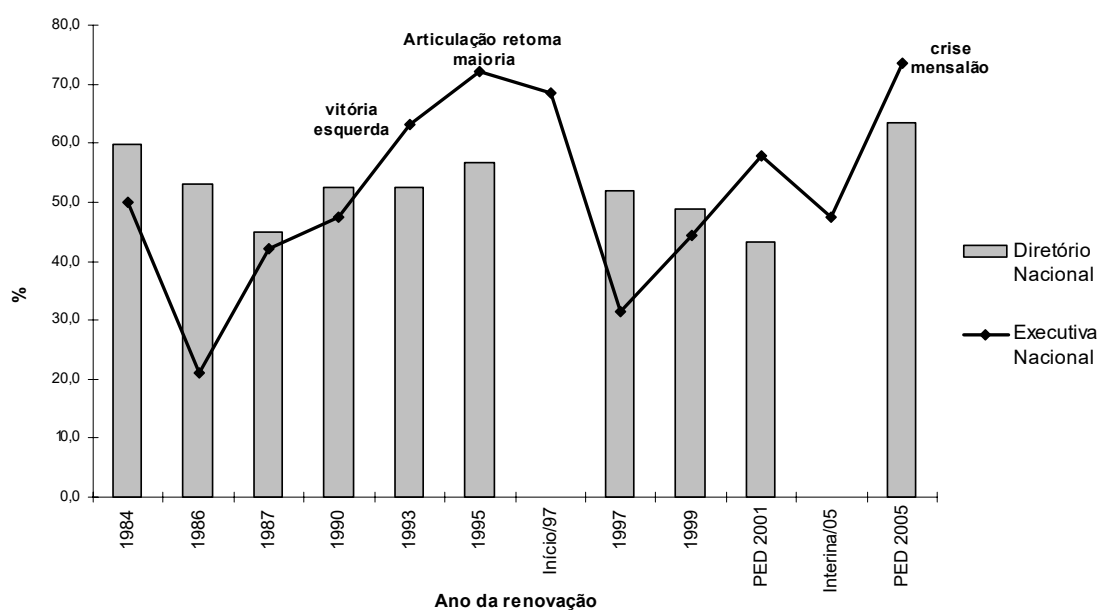
³⁷ Sobre a avaliação das eleições de 1982 e esse “retorno às origens”, ver Meneguello (1989) e Keck (1991).

desses líderes de confrontar as concepções vanguardistas e “frentistas” que, em sua visão, impregnavam e ameaçavam a coesão do partido³⁸.

Fatores similares ajudam a explicar os menores índices de renovação da CEN em todo o período, verificados em 1986. Após os bons resultados colhidos nas eleições municipais de 1985, a viabilidade do PT deixou de ser questionada. Com uma Executiva formada por critério majoritário, a liderança da Articulação, relegitimada como maioria no 4º EN com mais de 70% dos votos dos delegados, tratou de manter no comando petista seus nomes de maior expressão: Lula, Djalma Bom, Luiz Dulci, Jacó Bittar, Francisco Weffort, Clóvis Ilgenfritz, Hélio Bicudo e Perseu Abramo foram alguns dos dirigentes que permaneceram no órgão – apenas 3 membros efetivamente novos (15,8% do total) foram alçados à instância.

Nos anos seguintes, os índices de renovação das duas instâncias se situaram entre 40% e pouco mais de 50%, com picos em momentos de acirrado conflito interno: entre 1993 e 1997, e em 2005. O Gráfico 2 deixa evidente que, à exceção desses períodos, de modo geral a CEN apresentou uma renovação mais reduzida do que o DN.

Gráfico 2 – Índice de Renovação Bruta Ponderada do DN e CEN do PT



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Índice de Renovação Bruta Ponderada contidos na Tabela 2.

A cisão da Articulação no 8º EN, em 1993, após um esgarçamento dentro da corrente que vinha desde o I Congresso (1991), fez a maioria petista oscilar à esquerda pela primeira e única vez até hoje. A substituição da Articulação por uma nova coalizão dominante – que reunia Articulação de Esquerda, Democracia Socialista, Força Socialista, entre outras correntes,

³⁸ *Articulação: contribuição ao debate para o Encontro Nacional do PT*. São Paulo, 1984, mimeo.

agrupadas em duas teses e chapas – significou o afastamento de várias lideranças expressivas da antiga maioria, como Luiz Gushiken, Luiz Dulci e José Dirceu, que acumulava os cargos de Secretário Geral e de Organização. Por outro lado, a mudança na correlação de forças tornou viável a ascensão de “novas caras” ao comando petista, vinculadas à antiga ou à nova maioria, como Luci Choinacki, José Luiz Fevereiro, Lauro Marcondes, Tatau Godinho, Arlete Sampaio e Sonia Hypólito, além de Rui Falcão, um dos líderes da cisão na Articulação. O elevado número de mulheres alçadas ao comando da sigla resulta da implantação das cotas na formação das instâncias nacionais pela primeira vez, obrigando as chapas a indicarem 30% de mulheres do total de vagas a que teriam direito. Essa conjunção de fatores explica a renovação de quase dois terços da Executiva em 1993, e a presença de mais de 50% de estreantes no órgão máximo do partido – uma situação que se repetiria somente após o PED de 2005³⁹.

Dois anos depois, a Articulação retomava o controle do PT, construindo uma nova e estreita maioria com a Democracia Radical e uma chapa de centro, que agrupou alguns dissidentes da Articulação de Esquerda (principalmente Rui Falcão e Cândido Vacarezza) e líderes independentes, como Jacques Wagner e Tilden Santiago. O elevadíssimo índice de renovação não resulta da incorporação de dirigentes efetivamente novos (apenas cinco entre os 18 eleitos), mas sim do retorno de destacados líderes da Articulação, como vários parlamentares ou ex-parlamentares, além de José Dirceu, eleito presidente. Por outro lado, lideranças decisivas na conformação de uma nova maioria também foram integradas, como José Genoíno e Marina Silva, da Democracia Radical. Mas o fator principal que impulsionou uma renovação tão elevada foi o impasse entre a Articulação e as correntes de esquerda em torno da Secretaria Geral: reivindicado pela chapa minoritária, que obteve mais de 46% dos votos, o cargo foi entregue a Cândido Vacarezza, uma das principais defecções da esquerda no 10º Encontro Nacional. Em uma situação de vetos mútuos, a CEN foi formada com critério majoritário, excluindo-se todos os membros da esquerda. Mesmo a incorporação da esquerda no início de 1997 resultou, porém, em uma Executiva bastante distinta quando comparada àquela de 1993: somente um terço dos membros permaneceu na instância. O extremo tensionamento do período e o desgaste da gestão 1993-1995, principalmente pelos erros na condução da campanha de Lula à Presidência, tornaram politicamente impossível o retorno de vários dirigentes à cúpula petista⁴⁰.

Em relação ao DN, tanto o índice de renovação quanto a proporção de membros estreantes apresentam uma tendência declinante entre 1997 e 2001, provavelmente como

³⁹ Ribeiro (2003) e Lacerda (2002).

⁴⁰ Ribeiro (2003) e Lacerda (2002). E também: *PT ainda debate nova Executiva*. Brasil Agora nº 74, São Paulo, outubro de 1995, p.4.

conseqüência de um certo engessamento das lideranças e do “esfriamento” das disputas internas, com a consolidação da hegemonia do Campo Majoritário. Porém, a Executiva manteve níveis significativos de renovação após 1997, por meio de um processo duplo. De um lado, verificou-se um constante rodízio de expressivas lideranças petistas, pautado principalmente pelo calendário e desempenho eleitorais. Por outro lado, uma renovação no interior do Campo Majoritário trouxe paulatinamente à cúpula petista dirigentes com ampla carreira na máquina partidária: Delúbio Soares ingressou no órgão em 1995, Sílvio Pereira e Marcus Flora em 1999, Mônica Valente, Gleber Naime e Marcelo Sereno no início do governo Lula. Esses dirigentes, em sua maioria ligados a José Dirceu, ocuparam os principais cargos da Executiva petista até 2005, constituindo uma espécie de “mini-oligarquia” partidária.

A CEN interina constituída em julho de 2005, no auge da crise do “mensalão”, prenunciava uma renovação bastante significativa na cúpula do PT: metade dos membros que tomaram posse trás as eleições diretas de 2001 estava fora do comando do partido. A intervenção do governo sobre o partido foi bastante clara nessa ocasião: Tarso Genro, Ricardo Berzoini, Humberto Costa (todos ex-ministros) e José Pimentel (deputado federal), substituíram a oligarquia partidária atingida diretamente pelos escândalos e denúncias do período. Após o PED realizado em setembro de 2005, verificaram-se os maiores índices de exclusão e renovação do Diretório Nacional em 20 anos, e os mais elevados na Executiva em todo o período analisado – calculando-se em relação às composições de 2001, para ambas as instâncias. Além disso, a maioria dos membros ocupou um cargo na Executiva pela primeira vez. Os elevados números da Executiva refletem, em realidade, uma renovação em três tempos. Em um primeiro momento, vários líderes saíram do partido para assumir cargos no governo em 2003-2004, como Berzoini, Dirceu, Luiz Dulci, Marina Silva, Humberto Costa e Benedita da Silva. No auge da crise, diversos outros membros da elite do Campo Majoritário foram afastados. Por fim, as eleições internas ratificaram a ascensão de novas figuras à cúpula petista, como Maria do Rosário, Valdemir Garreta e Jilmar Tatto, lideranças importantes na construção da maioria em um novo cenário no qual a correlação de forças ainda não se mostra totalmente clara – mas no qual o antigo Campo Majoritário continua desempenhando papel central. Vale acrescentar que a elevada renovação em ambas as instâncias também refletiu a migração de algumas correntes de esquerda para o PSOL, destacando-se a cisão coletiva da Ação Popular Socialista, que integrara a chapa de Plínio de Arruda Sampaio nas eleições internas. Com essa conjunção de fatores, a maior crise da história do PT significou, também, os maiores índices de renovação de suas instâncias nacionais mais importantes.

Como regra, a CEN ao longo do tempo apresentou taxas menores de renovação e de incorporação de membros novos do que o DN, por dois motivos principais: o tamanho reduzido da instância (entre 18 e 19 membros no período analisado, excetuando-se os líderes no Congresso) concede menor margem tanto ao rodízio de dirigentes como à incorporação de novos membros, e o imperativo de um mínimo de continuidade nas tarefas executivas é, por definição, um impulso importante à permanência dos membros entre uma gestão e outra. Como fica claro no gráfico, a taxa de renovação do Diretório se mostrou mais estável do que os índices da Executiva, que são bastante mais sensíveis à evolução da correlação interna de forças, refletindo as turbulências e conflitos pelo comando nacional do PT. Essa oscilação resulta, em grande medida, da necessidade que qualquer coalizão dominante possui de controlar o que denominamos de *núcleo da Executiva*, composto pelos cinco cargos que mais influem sobre as zonas de incerteza do partido: as Secretarias de Organização, de Finanças, de Comunicação, a Secretaria Geral e a Presidência. Já os números relativos à incorporação de membros novos mostram um partido com grande capacidade de geração de quadros dirigentes: entre 1981 e 2005, ao todo 442 indivíduos passaram, em algum momento, pelo Diretório Nacional, enquanto 117 dirigentes ocuparam cargos na Executiva.

Presença feminina na direção nacional

A mobilização das mulheres no interior do PT remonta ao período pré-fundacional do partido, quando Comissões de Mulheres se articulavam entre si e com outros movimentos nas ações para a criação da nova agremiação. Nos anos iniciais do partido, tratava-se de romper com uma perspectiva arraigada na esquerda brasileira, notadamente nos partidos comunistas, que enxergava no feminismo uma espécie de reformismo burguês ou, na melhor das hipóteses, uma questão apenas acessória em relação ao confronto de classes. Aproveitando a indefinição ideológica do novo partido, o objetivo era inserir a questão feminista no projeto de socialismo renovado que o PT reivindicava. Assim como inúmeros outros movimentos que participaram da fundação do PT, o movimento feminista trataria de incluir suas pautas na plataforma de um partido que, por sua própria origem societária, se encontrava aberto à inclusão de “novos temas” que então desafiavam a esquerda de todo o mundo: a questão racial, os direitos dos homossexuais, os temas ecológicos e ambientalistas, entre outros⁴¹. Nas palavras de uma das ativistas mais destacadas da questão feminista no interior do PT, uma nova plataforma de esquerda não poderia prescindir de elementos como

⁴¹ GODINHO, Tatau. (1998), “O PT e o feminismo”, in Borba, Faria e Godinho (orgs.) (1998), pp. 15-32.

(...) a importância da sexualidade, a denúncia da opressão e da violência presentes na vida familiar e pessoal, o reconhecimento da homossexualidade como forma legítima de expressão da sexualidade, o questionamento da falta de autonomia das mulheres, o papel da divisão sexual do trabalho na superexploração e discriminação no mercado de trabalho e no trabalho doméstico, os cortes de gênero na usurpação e nas disputas do poder (Godinho, *in* Borba, Faria e Godinho, 1998, pp. 17-18).

O movimento feminista assumiu contornos organizativos já nos primeiros anos do PT. Em 1980 já havia uma Comissão de Mulheres do PT, que seria transformada em Subsecretaria Nacional de Mulheres em 1988, subordinadas ambas à Secretaria Nacional de Movimentos Populares. Embora com algum grau de presença nos principais centros urbanos do país, o movimento possuía maior vitalidade nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. O setorial das mulheres sempre foi um dos mais ativos dentro do partido: o primeiro Encontro Nacional das Mulheres do PT ocorreu em junho de 1982, e outros três aconteceram até 1993⁴². Principalmente a partir de 1993, representantes eleitos diretamente nos encontros e plenárias setoriais passam a ter assento na CEN, com direito à voz; isso se deu primordialmente com os grupos com maior atuação interna, quais sejam, juventude, combate ao racismo, meio ambiente, agrária, mulheres e sindical. A partir de 1995, apenas estes seis setoriais começam a consolidar-se como Secretarias autônomas, desvinculadas da Secretaria de Movimentos Populares⁴³. O novo estatuto ratificou esses setoriais como Secretarias, com maior autonomia, direito a estruturas organizativas próprias e à eleição de secretários estaduais e nacionais, membros natos dos respectivos diretórios e executivas – mas sem direito a voto. Os demais setoriais deveriam manter-se subordinados às Secretarias de Movimentos Populares, podendo eleger apenas Coletivos e Coordenadores⁴⁴.

Em que pese o *empowerment* da organização das mulheres na máquina partidária, a leitura que o movimento fazia no final dos anos 80 apontava que a consolidação organizativa e eleitoral do partido caminhava *pari passu* à redução da presença das mulheres nos espaços internos de participação política. Em um cenário de crescente acirramento da competição interna, os mecanismos de seleção dos dirigentes petistas reproduziam o padrão encontrado na sociedade em geral: a presença de mulheres era menor quanto mais se avançava na hierarquia partidária⁴⁵. Essa interpretação do movimento feminista encontra amparo nos dados que apresentamos na Tabela 3: antes do início da aplicação das políticas de ação afirmativa em

⁴² Godinho, op. cit., pp. 20; 28.

⁴³ *O PT e os movimentos sociais: os instrumentos de ação*. Resoluções do 10º Encontro Nacional, Guarapari, 1995, pp. 640-646 do REC.

⁴⁴ Estatuto (2001), arts. 52-53; 123-126.

⁴⁵ Godinho, op. cit., pp. 21;24.

1993, as mulheres se faziam mais presentes no Diretório Nacional do que na Executiva. Neste último, apenas uma mulher esteve presente em cada uma das composições anteriores às cotas, sendo que a gestão eleita em 1987 era composta exclusivamente por homens. Infelizmente, somente os dados referentes a 1990 estão completos o suficiente para avaliarmos a distância que havia entre a participação feminina na base e na cúpula do PT antes da implantação das cotas. São, entretanto, dados inequívocos: 40% de mulheres no total de filiados, um quarto dos delegados, e apenas 5 mulheres no Diretório e uma na Executiva.

Tabela 3 – Presença das mulheres na base e nas instâncias nacionais do PT – em %

	Total filiados	Delegados EN ¹	Diretório Nacional	Executiva Nacional
1º EN / 1981	-	-	8,7 (8/92)	5,6 (1/18)
3º EN / 1984	-	-	6,0 (4/67)	5,6 (1/18)
4º EN / 1986	-	-	6,2 (5/81)	5,3 (1/19)
5º EN / 1987	-	-	5,0 (4/80)	0
7º EN / 1990	40,0 ²	24,0 ³	6,1 (5/82)	5,3 (1/19)
8º EN / 1993	-	22,0 ⁴	30,5 (25/82)	36,8 (7/19)
10º EN / 1995	-	-	30,1 (25/83)	33,3 (6/18)
11º EN / 1997	25,0 ⁵	20,0	30,1 (25/83)	36,8 (7/19)
II CN / 1999	-	23,0	28,4 (25/88)	33,3 (6/18)
12º EN/PED-2001	-	25,0	30,9 (25/81)	31,6 (6/19)
13º EN/PED-2005	-	24,0	28,0 (23/82)	31,6 (6/19)

Fonte: elaboração própria a partir de documentos do PT. Os líderes no Congresso não foram computados. Após o percentual, os valores entre parênteses indicam o número de mulheres e o total de membros da instância. ¹ Dados fornecidos pelo Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo e Criterium/Venturi Consultoria, responsáveis pelas pesquisas com os delegados aos Encontros Nacionais do PT. ² Estimativa a partir de Godinho, op. cit., p. 27. ³ Delegados do I Congresso Nacional do PT (1991), e não do 7º EN (para o qual não há dados). ⁴ Extraído de Borba (1993). ⁵ Extraído das pesquisas com os delegados nacionais do PT, acima citadas (Criterium/Venturi).

Segundo Godinho, a presença das mulheres nas direções partidárias era ainda mais reduzida em outros partidos nacionais⁴⁶. Em comparação com partidos de esquerda de outros países, a situação do PT pré-cotas era bastante desalentadora. Na Tabela 4 apresentamos dados referentes à participação feminina em órgãos executivos nacionais de alguns partidos social-democratas europeus, ao longo dos anos 80: o Labour Party inglês, o Partido Social-Democrata (SPD) e o Partido Verde da Alemanha, além do PSOE. Apesar de diferenças quanto ao total de membros e às funções desempenhadas, são instâncias análogas à Executiva Nacional do PT: formalmente subordinadas a um órgão deliberativo que seria a instância máxima em períodos inter-congressuais (o DN, no caso petista), na prática são as instâncias que conduzem a política cotidiana das legendas, controlando e desempenhando suas principais funções executivas. O *Parteivorstand* do SPD já possuía uma representação feminina bem superior à do PT antes mesmo da implantação da cota de um terço a partir de 1989⁴⁷; já o Labour reserva, desde 1960,

⁴⁶ *Idem*, p. 26.

⁴⁷ POGUNTKE, Thomas e BOLL, Bernhard. (1992), “Germany”, in Katz e Mair (eds.) (1992), pp. 317-388.

cinco vagas às mulheres em sua Executiva⁴⁸. O PSOE também apresenta uma participação feminina mais significativa do que a do PT – embora mais oscilante do que nas demais agremiações. Por fim, os verdes alemães possuem a maior proporção de mulheres entre os partidos analisados, sendo que apenas em 1986 a cota de 50% começou a ser aplicada na composição de seu *Bundesvorstand*⁴⁹. Este último caso é bastante significativo para ilustrar a incapacidade do PT em integrar as mulheres nos órgãos de direção. Fundados na mesma época (1979-1980), tanto PT como o PV alemão propunham um novo modo de se fazer política, mais democrático, assentado em uma estrutura organizativa permeável aos movimentos da sociedade civil e menos atrelada às esferas burocrático-estatais; reivindicavam, também, um socialismo moderno que incluiria os novos *issues* que então despontavam, rejeitando tanto o legado comunista como o reformismo social-democrata. Nos anos 80, apenas no caso alemão essa proposta inovadora significou maior acesso das mulheres às instâncias dirigentes.

Tabela 4 – Presença feminina nas executivas nacionais de partidos de esquerda europeus (em %)

Partido	SPD	PV Alemanha	Labour Party	PSOE
Órgão	<i>Parteivorstand</i>	<i>Bundesvorstand</i>	<i>Executive Committee</i>	<i>Ejecutiva Federal</i>
1980	14,6 (6/41)	60,0 (6/10)	24,1 (7/29)	8,3 (2/24)
1981	17,1 (7/41)	36,4 (4/11)	24,1 (7/29)	12,0 (3/25)
1982	16,7 (7/42)	30,0 (3/10)	24,1 (7/29)	12,0 (3/25)
1983	14,3 (6/42)	27,3 (3/11)	24,1 (7/29)	12,0 (3/25)
1984	17,5 (7/40)	36,4 (4/11)	27,6 (8/29)	23,5 (4/17)
1985	17,5 (7/40)	36,4 (4/11)	27,6 (8/29)	23,5 (4/17)
1986	17,5 (7/40)	54,5 (6/11)	27,6 (8/29)	23,5 (4/17)
1987	25,0 (10/40)	45,4 (5/11)	31,0 (9/29)	23,5 (4/17)
1988	23,1 (9/39)	45,4 (5/11)	27,6 (8/29)	21,7 (5/23)
1989	34,1 (14/41)	54,5 (6/11)	24,1 (7/29)	21,7 (5/23)

Fonte: elaboração própria a partir de dados de: para os partidos alemães: Poguntke e Boll, op. cit., pp. 373-375. Para o Labour: Webb, op. cit., pp. 864-866. Para o PSOE: Méndez Lago (2000), p. 130.

Em vista dessa situação, o movimento feminista discutiu a implantação das cotas inicialmente no 2º Encontro Nacional de Mulheres, realizado em 1988; então rejeitada, a proposta seria aprovada três anos depois, no 3º Encontro Nacional⁵⁰. A cota de gênero era encarada como medida indispensável, embora insuficiente, para que o PT revertesse uma situação interna que reproduzia o padrão societário excludente e, ao mesmo tempo, contribuía para perpetuar esse mesmo padrão de exclusão das mulheres da vida pública. No mesmo ano, o I Congresso Nacional do PT aprovou a medida – não sem alguma polêmica⁵¹. A cota de 30% de mulheres foi aplicada na renovação das direções municipais e estaduais em 1992, e na eleição

⁴⁸ WEBB, Paul. (1992), “The United Kingdom”, in Katz e Mair (eds.) (1992), pp. 837-870.

⁴⁹ Poguntke e Boll, op. cit., pp. 373-375.

⁵⁰ Godinho, op. cit., pp. 27-28.

⁵¹ *Partido*. Resoluções do I Congresso Nacional, São Bernardo do Campo, 1991, p. 532 do REC.

das instâncias nacionais no ano seguinte, no 8º EN. Com a obrigatoriedade da proporção mínima nas chapas e na composição das direções de todos os níveis, o objetivo inicial do movimento foi paulatinamente atingido. Como mostra a Tabela 3, a partir de então as mulheres passaram a representar em torno de 30% – às vezes um pouco mais – do total de membros dos dois principais órgãos nacionais do PT. Devido a pressões de algumas seções regionais, que julgavam difícil atingir a cota na composição das delegações aos Encontros, a regra não foi aplicada a esses eventos, o que explica que a presença feminina tenha se tornado maior na cúpula do que nos Encontros Nacionais.

Porém, como o próprio movimento feminista já indicava, a questão da inserção das mulheres nas instâncias dirigentes do PT vai muito além das cotas. Há indícios que apontam no sentido de um cumprimento apenas burocrático da norma, desacompanhado de investimentos complementares na formação política das militantes, no oferecimento de condições práticas que permitam sua participação em eventos partidários importantes (como creches durante reuniões e encontros), entre outros estímulos à participação política dentro e fora do PT. Para algumas militantes feministas, embora as políticas de ação afirmativa tenham sido relevantes para o desbloqueio do acesso das mulheres às instâncias dirigentes, por outro lado acentuaram a discriminação interna, estigmatizando as mulheres com o carimbo das cotas. As palavras de uma militante do PT de Porto Alegre, reproduzidas por Gaglietti, são elucidativas:

(...) se uma mulher aparece numa reunião em que está presente uma meia dúzia de homens, imediatamente ela vira cota; não é mais um ser político. [a representação das mulheres se converteu] numa questão de calculadora. Muitas vezes ninguém avalia se uma militante é competente para ocupar um posto no diretório; ela é vista como um objeto que garante o cumprimento de uma norma (Gaglietti, 2003, p. 126).

Quais são as principais barreiras à real participação e representação das mulheres no interior do PT? Entendemos que há, *grosso modo*, dois conjuntos de fatores. O primeiro agrupa aspectos intrinsecamente relacionados ao *ambiente partidário* ou ao campo público-político de modo geral: o universo das disputas de poder segue sendo eminentemente masculino, em sua linguagem, simbologia, valoração de atributos e tarefas etc. Em um ambiente de disputas internas bastante agressivas e acirradas, as habilidades mais valorizadas e necessárias à ascensão na hierarquia partidária são aquelas pouco desenvolvidas no processo tradicional de socialização das mulheres: falar bem em público, capacidade de firmar e ganhar posições em um debate, extrema competitividade baseada no desempenho individual, construção de ampla rede de relações pessoais, entre outros atributos⁵². Como assinala Gaglietti, as mulheres enfrentam um

⁵² Alguns destes atributos são destacados por Godinho, op. cit., p. 29.

nível de exigência muito maior do que os homens no que diz respeito ao capital político: à mulher é exigida uma competência política acima da média para se legitimar nas disputas internas. Mesmo com elevado capital, não escapa ao risco de ser tachada de “oportunista” ou de “excessivamente agressiva” ao postular cargos de direção: o *papel social* atribuído às mulheres acarreta a expectativa de posturas passivas e discretas, e não ativas e destacadas, inseridas em claros projetos de carreira política⁵³.

O papel social atribuído às mulheres remete ao segundo conjunto de fatores, que podemos chamar de fatores de *ordem sociológica*. A *sociologia do militantismo* é um campo quase totalmente inexplorado no Brasil, mas que, na literatura internacional, oferece várias respostas no que diz respeito aos diferentes incentivos, barreiras e atributos envolvidos na atuação de militantes nos partidos políticos⁵⁴. O trabalho de Gaglietti envereda por esse caminho ao realizar uma análise sociológica da militância petista de Porto Alegre. Para várias militantes entrevistadas, o trabalho fora de casa e as tarefas domésticas e familiares não deixavam muito tempo para a atuação no partido; mesmo as mulheres casadas com outros militantes petistas enfrentavam essa situação, já que, no geral, eram elas as responsáveis principais pelos filhos e pelas atividades domésticas⁵⁵. Assim, as mulheres que desejam assumir posições de destaque na vida partidária precisam estar dispostas a enfrentar uma tripla jornada: trabalho profissional remunerado, casa e partido.

Partindo dessa perspectiva, resolvemos testar a hipótese de que a divisão sexual do trabalho em casa e a situação familiar da mulher influem na maior ou menor possibilidade de ascensão na máquina partidária. Utilizamos os dados das pesquisas realizadas com os delegados presentes nos últimos Encontros Nacionais. Esses delegados são membros bastante representativos da liderança intermédia do partido, já que a grande maioria deles ocupava, no momento de cada Encontro, algum cargo em instância estadual e/ou municipal – como mostram os dados das mesmas pesquisas. Dividimos a situação familiar em três variáveis: estado conjugal, com ou sem filhos e idade dos filhos. No caso da divisão sexual do trabalho doméstico, utilizamos os resultados da pergunta acerca do responsável principal pelos filhos – a única do questionário que toca diretamente no tema.

Para nossos objetivos, agregamos as categorias “solteiro”, “separado/divorciado”, “viúvo” e “outros” em apenas uma categoria, que chamaremos de não-casados. A Tabela 5 coloca em evidência uma estabilidade da situação conjugal do total de delegados petistas: aproximadamente dois terços viviam com um parceiro no momento do encontro, enquanto o

⁵³ Gaglietti (2003), pp. 123-125.

⁵⁴ Autor clássico a esse respeito é Gaxie (1977).

⁵⁵ Gaglietti (2003), pp. 123-124.

restante estava solteiro, separado ou viúvo. A diferença entre homens e mulheres é bastante clara e oposta: a proporção de casados é mais elevada do que o geral quando tomamos apenas os homens, enquanto entre as delegadas o número de não-casadas é muito mais significativo. No período analisado, a proporção de não-casadas variou entre metade e dois terços do universo das delegadas, enquanto entre os homens atingiu no máximo 32%. O panorama é similar quando analisamos o fato de o delegado ter ou não filho: embora com uma tendência declinante, a proporção de mulheres sem filho foi sempre significativamente maior do que no total dos delegados. Entre os homens, a proporção de delegados com filho sempre esteve em pelo menos três quartos, acima da média geral.

Tabela 5 – Situação familiar dos delegados e delegadas petistas: estado conjugal e filhos (em %)

	11º EN - 1997			II CN - 1999			12º EN - 2001			13º EN - 2006		
	total	homens	mulheres	total	homens	mulheres	total	homens	mulheres	total	homens	mulheres
Casado/amigado	64	72	32	63	67	48	69	75	52	66	73	42
Solteiro/separado/ viúvo/outros	36	27	67	37	32	52	32	25	47	33	27	58
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Tem filho(s)	70	73	56	74	-	-	73	76	63	76	79	67
Não tem filho	30	27	44	26	-	-	27	24	36	24	21	33
Total	100	100	100	100	-	-	100	100	100	100	100	100

Fonte: elaboração própria a partir de dados fornecidos pelo Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo e Criterium/Venturi Consultoria, responsáveis pelas pesquisas com os delegados aos Encontros Nacionais do PT.

Com os dados dos dois últimos Encontros (não dispomos dos outros), a Tabela 6 toma como base apenas os delegados que têm filhos, e revela outro resultado interessante. A maioria dos filhos das delegadas se concentra nas faixas etárias maiores, em elevado contraste com o universo dos homens e do total de entrevistados. Tanto em 2001 como em 2006, a faixa etária que mais agregou os filhos das delegadas foi a de maiores de 16 anos; as proporções são declinantes conforme descemos para as categorias de crianças menores. Em 2006, 37% das mães tinham ao menos um filho com mais de 16 anos (podendo ter outro(s) em outra faixa), enquanto apenas 5% tinham filhos com menos de 5 anos; por outro lado, um quarto dos pais tinha filhos nessa faixa etária inicial.

Tabela 6 – Situação familiar dos delegados e delegadas petistas: idade dos filhos (em %)

Idade do(s) filho(s)	12º EN - 2001			13º EN - 2006		
	total	homens	mulheres	total	homens	mulheres
0-5 anos	33	36	25	20	25	5
5-10 anos	38	40	30	28	33	16
10-15 anos	42	44	31	36	40	23
16 anos ou mais	22	17	38	25	21	37

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo e Criterium/Venturi Consultoria. Base constituída pelos delegados (314) com filho(s). O total ultrapassa 100% porque as respostas eram múltiplas: delegado com filhos em categorias etárias distintas assinalavam mais de uma opção.

Como não há diferenças significativas na idade média entre homens e mulheres, os resultados dessas três variáveis indicam que a situação familiar efetivamente importa: confirma-se a dificuldade de as mulheres compatibilizarem tarefas domésticas ainda atribuídas a elas, como cuidar da casa e dos filhos pequenos, com atividades políticas em um nível minimamente suficiente para ascender a uma posição intermediária na hierarquia partidária. A barreira da incompatibilidade entre esfera pública e esfera privada é significativa para as mulheres que atuam no interior do PT. A mulher não-casada, sem filho, ou com filho acima de 15 anos representa um perfil de militante comumente encontrado entre as lideranças nessa camada intermediária da hierarquia petista.

Tabela 7 – Divisão do trabalho em casa: quem cuida do filho? (em %)

	II CN - 1999	12º EN - 2001	13º EN - 2006
Mãe	45	39	49
Pai	2	4	4
Ambos	39	48	45
Outros/sem resposta	14	9	4
Total	100	100	100

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo e Criterium/Venturi Consultoria. Resposta estimulada e única. Base constituída pelos delegados (314) com filho(s).

Quando confrontados com a pergunta sobre “quem é a pessoa freqüentemente responsável pelos cuidados cotidianos” dos filhos, os entrevistados deixam evidente que essa função continua sendo entregue majoritariamente às mulheres. A Tabela 7 toma como base os delegados que têm filhos, não discriminando entre homens e mulheres. Sozinha ou em coresponsabilidade com o pai, a mulher está envolvida nos cuidados cotidianos dos filhos de mais de 80% dos delegados, enquanto o pai aparece como responsável, único ou não, em cerca de 50% dos casos. Mais gritante ainda é a diferença apenas entre as categorias “pai” e “mãe”: a proporção de delegados que afirmam que o pai é o principal responsável nunca chegou a 5%, enquanto a categoria “mãe” atingiu no mínimo 39%. Considerando que aproximadamente 75% dos delegados são homens, e que entre estes a proporção dos que têm filhos foi sempre maior do que entre as delegadas, os homens constituem a grande maioria dos que responderam a essa pergunta, o que torna o resultado ainda mais revelador. A mensagem feminista e as campanhas internas em prol de uma divisão mais igualitária das tarefas domésticas não atingiram o público-alvo mais imediato, a liderança petista, já que a maioria dos entrevistados admitiu que a mulher continua sendo a responsável principal dos cuidados com seus filhos. Se essa mulher é ou deseja ser militante, uma barreira considerável continua se interpondo à sua maior participação na vida pública.

Considerações finais

Esse trabalho examinou uma das três faces do poliedro partidário de Peter Mair: a liderança central do PT, abrigada no Diretório e Executiva Nacionais. Com análises minuciosas sobre a parlamentarização da cúpula petista, seu grau de renovação ao longo do tempo, e a evolução da presença feminina, esperamos ter contribuído para aprimorar o conhecimento sobre a direção nacional do partido de esquerda mais importante do Brasil pós-redemocratização. Olhando apenas para a questão da parlamentarização, podemos afirmar que se confirma, no caso petista, um domínio cada vez maior da face pública sobre a liderança nacional do partido. A atuação da liderança petista a partir de 2003 como típica *correia de transmissão* do governo Lula, ademais da intervenção branca sofrida pela cúpula da legenda em 2005, dissiparam quaisquer dúvidas acerca de quem manda hoje na legenda. A exemplo do que sucede em outros países, o controle do governo federal desequilibra a balança de poder interno de modo inequívoco em favor da face pública da legenda. O III Congresso Nacional do PT, realizado recentemente, deixou evidente que um maior grau de independência da liderança petista e uma recuperação do poder dos filiados só serão viáveis após 2010, caso o PT deixe o governo. Mesmo nesse cenário, porém, é bastante improvável que o partido regresse a uma situação de equilíbrio entre suas faces, com um *empowerment* da base e a colocação de freios que restrinjam o poder e a ascendência dos ocupantes de cargos públicos sobre o coletivo partidário.

Em uma conhecida passagem de seu *Cadernos do Cárcere*, Gramsci afirma que escrever a história de um partido significa escrever a história geral de um país de um ponto de vista monográfico. Parafraseando e alterando o postulado gramsciano, podemos afirmar que escrever a história da Articulação-Campo Majoritário significa, em grande medida, escrever a história geral do PT. Nenhuma reconstrução da história petista, seja qual for o enfoque ou aspecto considerado, pode prescindir de considerações acerca da evolução dessa coalizão dominante que moldou os primeiros 25 anos do partido. A crescente parlamentarização e o elevado grau de renovação das instâncias nacionais do PT têm muito a ver com as opções estratégicas coletivas e a sorte eleitoral individual de muitos dos líderes desse grupo. Igualmente, entender os conflitos e cisões dentro dessa coalizão dominante é passo fundamental na compreensão das oscilações mais significativas dessas duas dimensões de análise. Por outro lado, o arranjo institucional petista também joga um papel decisivo em ambas as questões, ao permitir a compatibilidade entre cargos públicos e de direção partidária, e ao criar as condições para uma vigorosa e constante renovação dos seus quadros dirigentes. Podemos considerar que os fundadores da sigla tiveram êxito na construção de uma máquina permeável e com considerável capacidade de

geração de quadros dirigentes. Porém, isso não foi suficiente para impedir a formação de uma mini-oligarquia burocrática a partir de 1995, com a estabilização da hegemonia do Campo Majoritário; cedo ou tarde, todo partido político termina por corroborar a já quase centenária lei de ferro da oligarquia de Robert Michels.

A análise da presença feminina no Diretório e Executiva Nacionais nos levou a descermos na hierarquia partidária, para identificar entre a liderança intermediária as barreiras que continuam dificultando o acesso das mulheres aos cargos dirigentes. Embora importante no sentido da desobstrução dos canais de acesso, a implantação das cotas de gênero não foi acompanhada por medidas que tocassem nos problemas de fundo que impediam, e impedem, que um número maior de mulheres assumam cargos de destaque na legenda. Ainda há um longo caminho a ser trilhado para que o universo petista deixe de ser majoritariamente masculino.

Bibliografia

- BORBA, Ângela. (1993), “Incomodar é preciso”. *Brasil Agora*, n. 43, julho, p. 3.
- _____, FARIA, Nalu e GODINHO, Tatau (orgs.). (1998), *Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo.
- BRAGA, Maria do Socorro e PRAÇA, Sérgio M. (2004), “Quem elege os candidatos paulistanos: partidos centralizados ou descentralizados?”. *Paper* apresentado no 28º Encontro Anual da ANPOCS (outubro). Caxambu, digit.
- DAHL, Robert A. (1997), *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo, Edusp.
- GAGLIETTI, Mauro. (2003), *PT: ambivalências de uma militância*. Porto Alegre, Dacasa/Palmarinca.
- GAXIE, Daniel. (1977), “Economie des partis et rétributions du militantisme”. *Revue Française de Science Politique*, vol. 27, n. 1, pp. 123-154.
- KATZ, Richard e MAIR, Peter (eds.). (1992), *Party Organizations: A Data Handbook on Party Organizations in Western Democracies, 1960-90*. London, Sage.
- _____. (1994a), *How Parties Organize: Change and Adaptation in Party Organizations in Western Democracies*. Londres, Sage.
- _____. (1994b), “The evolution of party organizations in Europe: three faces of party organization”. In William Crotty (ed.), *Political Parties in a Changing Age – American Review of Politics* (número especial), 14, pp. 593-617.
- KECK, Margaret. (1991), *PT, A Lógica da Diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo, Ática.
- LACERDA, Alan D. (2002), “O PT e a unidade partidária como problema”. *Dados*, vol. 45, n. 1, pp. 39-76.
- LEAL, Paulo R. F. (2005), *O PT e o dilema da representação política: os deputados federais são representantes de quem?* Rio de Janeiro, FGV.

- MARAVALL, José María. (1997), *Regimes, Politics and Markets: Democratization and Economic Change in Southern and Eastern Europe*. Oxford, Oxford University Press.
- MELO, Carlos Ranulfo. (1994), *O PT e a democracia*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte, Departamento de Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, datilografado.
- MÉNDEZ LAGO, Mónica. (2000), *La estrategia organizativa del Partido Socialista Obrero Español (1975-1996)*. Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas / Siglo Veintiuno.
- MENEGUELLO, Rachel. (1989), *PT: a formação de um partido, 1979-1982*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- PANEBIANCO, Angelo. (1995), *Modelos de Partido: organización y poder en los partidos políticos*. Madrid, Alianza Editorial.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. (1998), *Resoluções de Encontros e Congressos: 1979-1998 (REC)*. São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo.
- PERES, Paulo Sérgio e ROMA, Celso. (2002), “Programa partidário e ação estratégica das lideranças: PT e PSDB em perspectiva comparada”. *Paper* apresentado no III Encontro Nacional da ABCP (julho). Niterói, digit.
- RIBEIRO, Pedro F. (2003), “O PT sob uma perspectiva sartoriana: de partido anti-sistema a legitimador do sistema”. *Política & Sociedade: revista de sociologia política*, n. 3, pp. 45-70, out.
- ROMA, Celso. (2006), “Organizaciones de partido en Brasil: el PT y el PSDB bajo perspectiva comparada”. *América Latina Hoy*, n. 44, pp. 153-184.
- SAMUELS, David. (1997), “Determinantes do voto partidário em sistemas eleitorais centrados no candidato: evidências sobre o Brasil”. *Dados*, vol. 40, n. 3, pp. 493-535.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. (1997), “Da oligarquia à poliarquia? Eleições e demanda por renovação parlamentar”. *Sociedade e Estado*, vol. XII, n. 1, 1º Sem.
- SARTORI, Giovanni. (1982), *Partidos e Sistemas Partidários*. Rio de Janeiro, Zahar; Brasília, Editora da UnB.
- VAN BIEZEN, Ingrid. (2000), “On the Internal Balance of Party Power: Party Organizations in New Democracies”. *Party Politics*, vol. 6, n. 4, pp. 395-417.

Legislação consultada e outros documentos partidários

- Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos - LOPP).
- Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos - LPP).
- ESTATUTO (1980). Aprovado na Reunião Nacional de Fundação do PT, maio/junho de 1980, p. 75-94 do REC.
- ESTATUTO (2001). Aprovado pelo Diretório Nacional em Reunião no dia 11 de março de 2001. Revisão final do texto em 6 de abril de 2001.
- REGIMENTO INTERNO (1984). Aprovado no 3º Encontro Nacional do PT, abril de 1984, com revisão do texto e aprovação definitiva pelo Diretório Nacional em 6 de maio de 1984, p. 157-171 do REC.